

A PATRULHA RURAL E A SEGURANÇA NO ESTADO DO PARANÁ: IMPORTÂNCIA, DESAFIOS, INOVAÇÕES E RESULTADOS

RURAL PATROL AND SECURITY IN THE STATE OF PARANÁ: IMPORTANCE, CHALLENGES, INNOVATIONS AND RESULTS

Elysson Leonty dos Passos¹
Jennifer Cristina Kovalski²

RESUMO: Este artigo buscou explorar as especificidades da criminalidade nas áreas rurais e a resposta estratégica proporcionada pela Patrulha Rural, mostrando sua importância, inovações e também os desafios desta modalidade de trabalho policial. Neste trabalho mostramos que a expansão do agronegócio e a concentração de riqueza em propriedades rurais têm influenciado no aumento de ações criminosas e como elas ocorrem, e com isso, observa-se a necessidade de uma abordagem especializada para enfrentar os desafios únicos dessas regiões. Foi utilizado uma abordagem metodológica baseada na pesquisa bibliográfica, onde foram analisados diversos artigos e publicações sobre o assunto para fornecer uma visão abrangente e crítica. O trabalho mostra como a Patrulha Rural surge como uma solução inovadora, oferecendo não apenas uma presença policial constante, mas também uma colaboração estreita com a comunidade local, a iniciativa foca em atividades preventivas, integração de tecnologias modernas e um policiamento de proximidade, com o objetivo de construir uma rede de proteção eficaz que melhore a segurança e a resiliência das áreas rurais frente às ameaças criminosas.

1197

Palavras-chave: Patrulha Rural. Polícia Militar. Policiamento. Zona Rural.

ABSTRACT: This article sought to explore the specificities of crime in rural areas and the strategic response provided by the Rural Patrol, showing its importance, innovations and also the challenges of this type of police work. In this work we show that the expansion of agribusiness and the concentration of wealth in rural properties have influenced the increase in criminal actions and how they occur, and with this, we observe the need for a specialized approach to face the unique challenges of these regions. A methodological approach based on bibliographical research was used, where several articles and publications on the subject were analyzed to provide a comprehensive and critical view. The work shows how the Rural Patrol emerges as an innovative solution, offering not only a constant police presence, but also close collaboration with the local community, the initiative focuses on preventive activities, integration of modern technologies and proximity policing, with the objective to build an effective protection network that improves the security and resilience of rural areas in the face of criminal threats.

Keywords: Rural Patrol. Military Police. Policing. Rural area.

¹ Graduado em Licenciatura em Matemática pela UEPG, Pós-Graduado em Educação Especial: Atendimento às Necessidades Especiais pela UNIVALE, Pós-Graduado em Docência no Ensino Superior pela UNIVALE, Pós-Graduado em Segurança Pública pela UNINA, Pós-Graduado em Direito Militar pela UNINA.

² Graduada em Bacharelado em Ciências Contábeis, Pós-Graduada em Controladoria de Finanças pela UNICENTRO, Pós-Graduada em Segurança Pública pela UNINA, Pós-Graduada em Direito Militar pela UNINA.

INTRODUÇÃO

A Patrulha Rural no Estado do Paraná tem suas raízes em um contexto de crescente insegurança nas áreas rurais, motivada pela expansão do agronegócio e pelo aumento das atividades criminosas em regiões mais isoladas. A criação desse modelo de policiamento, em 1996, foi uma resposta estratégica às necessidades emergentes de segurança em locais onde a presença do Estado era historicamente limitada. O cenário rural paranaense, caracterizado por vastas propriedades agrícolas e uma malha viária extensa e vulnerável, tornou-se um terreno fértil para a atuação de criminosos, o que exigiu uma adaptação das forças de segurança pública.

As motivações iniciais para a implementação da Patrulha Rural estão intrinsecamente ligadas ao desafio de proteger as propriedades rurais, que começaram a acumular significativos recursos econômicos e tecnológicos, tornando-se alvos atraentes para atividades ilícitas. As primeiras operações da Patrulha Rural focavam na integração das forças de segurança com a comunidade local, buscando estabelecer uma rede de proteção colaborativa que envolvesse tanto os policiais quanto os moradores do campo.

Com o tempo, a Patrulha Rural evoluiu, adaptando suas estratégias e expandindo seu escopo de atuação para responder aos desafios crescentes da criminalidade no campo. A evolução desse policiamento especializado reflete não apenas uma resposta às necessidades imediatas de segurança, mas também uma adaptação contínua às mudanças nas dinâmicas sociais e econômicas das áreas rurais. O impacto dessas mudanças é perceptível na melhoria dos indicadores de segurança e na crescente confiança dos moradores nas forças de segurança, consolidando a Patrulha Rural como um componente vital na estratégia de proteção das áreas rurais do Paraná.

MATERIAIS E MÉTODOS

Para a condução deste estudo, realizou-se uma ampla revisão de fontes primárias e secundárias, que incluiu a análise de documentos oficiais, tais como leis, políticas públicas, programas governamentais e dados estatísticos. Do ponto de vista metodológico, a pesquisa caracteriza-se por ser de natureza básica e adota uma abordagem qualitativa, com a revisão documental e a revisão bibliográfica integrativa servindo como instrumentos fundamentais para a análise e interpretação dos dados coletados.

Para Guerra e Moura (2021), há diversas modalidades de pesquisa acadêmica, cada uma com suas características e objetivos específicos. Entre as mais comuns está a pesquisa bibliográfica, onde o pesquisador reúne informações e conhecimentos a partir de fontes como livros, artigos, teses e dissertações previamente publicados. Esse tipo de pesquisa é fundamental para fundamentar teoricamente um estudo e para posicionar o pesquisador em relação ao estado atual do conhecimento sobre um determinado tema.

Para Gil (2002), a pesquisa bibliográfica oferece ao investigador a notável vantagem de acessar e examinar uma diversidade de fenômenos que vai muito além do que seria possível explorar por meio de pesquisa direta. Ao recorrer a fontes já publicadas, o pesquisador tem a oportunidade de abarcar uma vasta gama de informações e perspectivas que, de outra forma, estariam fora de alcance devido a limitações práticas, como tempo, recursos ou alcance geográfico. Isso possibilita uma compreensão mais abrangente e profunda dos temas investigados, ampliando as fronteiras da pesquisa para incluir contextos e dados que não seriam viáveis em estudos que dependessem exclusivamente de observações diretas.

I - REFERENCIAL TEÓRICO

I - Origem e Implementação da Patrulha Rural

1199

Como nos diz Costa (2016), a criminalidade é um fenômeno de extrema complexidade, caracterizado por sua capacidade de atravessar fronteiras espaciais e por não se restringir a determinados ambientes geográficos, atingindo tanto áreas urbanas quanto rurais. Os infratores, em suas atividades ilícitas, têm como objetivo principal a obtenção de capital, bens patrimoniais, armas e outros recursos valiosos que possam ser convertidos em lucro ou usados para perpetuar suas atividades criminosas. Nesse contexto, as propriedades rurais, especialmente aquelas envolvidas no agronegócio, têm se transformado em alvos cada vez mais atrativos para a criminalidade. Com o crescimento do agronegócio, as propriedades rurais agregaram muito valor, apresentando uma grande concentração de riqueza e uma vasta gama de recursos, elas armazenam bens de alto valor, incluindo equipamentos agrícolas, ferramentas sofisticadas, veículos, insumos, semoventes entre outras tecnologias avançadas, todos elementos que, juntos, tornam esses locais especialmente interessantes aos criminosos. A riqueza concentrada em áreas rurais, somado ao relativo isolamento dessas propriedades, gera cobiça e cria um cenário propício para a ocorrência de crimes contra o patrimônio privado, exigindo,

portanto, uma abordagem estratégica e especializada em segurança pública para proteger esses ativos valiosos e assegurar a tranquilidade dos habitantes rurais.

Também como nos mostra Oliveira (2003), torna-se evidente o grau de vulnerabilidade a que estão expostas as áreas rurais nos municípios do interior do nosso país, onde a segurança enfrenta desafios particulares. Essas regiões, muitas vezes afastadas dos centros urbanos e com menor presença das forças de segurança, acabam se tornando alvos preferenciais para a ação criminosa. Criminosos encontram nessas áreas um ambiente propício não apenas para a realização de crimes nas propriedades rurais, onde se concentram recursos valiosos e muitas vezes desprotegidos, mas também utilizam essas vastas extensões de terra como rotas estratégicas de fuga, aproveitando-se da dificuldade de monitoramento e da limitada infraestrutura de segurança. A combinação desses fatores faz com que a segurança nas zonas rurais se encontre em uma situação de fragilidade preocupante, exigindo uma abordagem mais direcionada e eficiente por parte das autoridades para diminuir os riscos e proteger tanto os habitantes quanto os ativos econômicos dessas regiões.

O Brasil conta atualmente com uma extensa e complexa malha rodoviária que se estende por todos os estados da federação, conectando uma vasta quantidade de áreas rurais nos municípios do interior por meio de rodovias federais e estaduais. Esse sistema rodoviário é o principal canal para o transporte de mercadorias e o deslocamento de pessoas, o que o torna uma via crucial para a economia do país. No entanto, essa infraestrutura também se revela um ponto vulnerável em termos de segurança, especialmente no que tange aos crimes de tráfico de drogas e roubos, que frequentemente exploram essas rotas para a realização de atividades ilícitas. A situação se agrava ainda mais em áreas rurais e municípios do interior, onde as rodovias e estradas vicinais, muitas vezes mal monitoradas, oferecem fácil acesso a diversas propriedades rurais. Diante desse cenário, torna-se imperativa a implementação de um policiamento específico para essas áreas rurais, visando não apenas a segurança do produtor rural, mas também a contenção das atividades criminosas que se aproveitam dessa vasta rede rodoviária para operar com relativa impunidade. O policiamento ostensivo, portanto, emerge como uma estratégia essencial para garantir a proteção dessas comunidades e o fortalecimento da segurança pública nas zonas rurais do país. (OLIVEIRA AK, 2003)

Neste contexto de investimentos e ganho de patrimônio dos produtores rurais, e o aumento do sentimento de insegurança, surge como resposta, em diversos estados brasileiros, a

Patrulha Rural, um tipo de policiamento diferenciado, para auxiliar os moradores de propriedades rurais e atender seus anseios.

A Patrulha Rural é utilizada em diversos estados do nosso país e sempre com o apoio da comunidade, como nos diz Caixeta (2009), a implantação da patrulha rural pela Polícia Militar de Minas Gerais teve início no município de Ituiutaba, situado no Pontal do Triângulo Mineiro, em 2000, como resposta aos elevados índices de criminalidade que assolavam a região. Este esforço transformou-se em uma parceria colaborativa entre os produtores rurais, as prefeituras locais e a Companhia da Polícia Militar responsável pelo policiamento da área. Juntos, esses grupos estabeleceram um modelo de patrulhamento rural fortemente orientado pelos princípios do policiamento comunitário. As prefeituras contribuíram fornecendo combustível e substituindo parte do efetivo administrativo da polícia por civis, enquanto os produtores rurais se engajaram no projeto, fornecendo viaturas e informações cruciais à Polícia Militar. Este apoio não só reforçou a capacidade operacional da polícia, mas também possibilitou um entendimento mais profundo da dinâmica do meio rural, facilitado pelo cadastramento detalhado de todos os fazendeiros e seus caseiros. Essa abordagem colaborativa permitiu que a Polícia Militar tivesse um conhecimento mais abrangente e preciso da realidade rural, criando uma rede de segurança mais eficaz e adaptada às necessidades específicas da comunidade.

1201

A patrulha Rural Comunitária pode ser definida como o policiamento rural que se refere à atuação específica das forças policiais em áreas situadas fora dos centros urbanos, englobando uma série de intervenções estratégicas que incluem tanto ações preventivas quanto repressivas, com o objetivo de garantir a segurança pública em regiões não urbanizadas. Este tipo de policiamento exige uma adaptação às particularidades geográficas e sociais desses locais, abrangendo a proteção e a vigilância em rodovias, estradas e vias situadas além do perímetro urbano, assim como em parques ambientais e áreas naturais protegidas. Além disso, o policiamento rural se estende às operações em pequenas cidades e povoados, bem como em propriedades rurais, como sítios, chácaras e fazendas, onde as instituições policiais precisam assegurar a ordem e a segurança. Este modelo de policiamento também se aplica nas zonas fronteiriças entre estados, onde o controle e a fiscalização se tornam cruciais para prevenir atividades ilícitas. A complexidade e a diversidade dessas áreas demandam um enfoque especializado, que leve em conta as especificidades do lugar e as distintas necessidades de cada

comunidade rural, garantindo que a segurança pública alcance mesmo os locais mais remotos e menos habitados. (COSTA LD, 2016)

Também temos a definição dada pela diretriz 002/2024 - PM3 - Política de Enfrentamento à Criminalidade no Ambiente Rural “Programa Patrulha Rural Comunitária 4.0”:

a. Conceito da Patrulha Rural Comunitária A Patrulha Rural Comunitária é o efetivo policial que desenvolve ações voltadas a garantir a preservação da paz social no campo, buscando constantemente desenvolver alternativas eficazes e modernas com base em ações preventivas e em policiamento orientado aos problemas de segurança pública. Esta modalidade de policiamento conta com ações de policiamento de proximidade e coparticipação da comunidade rural, na busca de melhorias de condições de segurança das propriedades, reforçando a prevenção situacional de infrações penais através de medidas preventivas e proporcionar qualidade de vida à comunidade rural.

No Estado do Paraná, a patrulha rural surge no ano de 1996, sempre como um serviço diferenciado, buscando atender as necessidades dos moradores da área rural:

Na Polícia Militar do Estado do Paraná (2006), a patrulha rural foi instituída em janeiro de 1996, com ações do policiamento tradicional e somente no ano 2000 que passou a adotar uma estratégia prioritariamente como um policiamento rural comunitário. Segundo a PMPR (2006), os patrulheiros percorrem centenas de quilômetros, diariamente, para cobrir as muitas localidades na zona rural dos municípios. Seu diferencial está nas equipes realizarem visitas sistematizadas a proprietários de terras, pequenos agricultores e trabalhadores, nas quais, procuram levantar as prioridades de segurança destes, bem como, definir os problemas que cada região enfrenta. Na Patrulha Rural Comunitária, os policiais militares, durante o policiamento e em contato com a comunidade do campo, tomam conhecimento da rotina das comunidades e repassam orientações importantes para a prevenção de furtos e roubos e outras situações. Dentre as ações realizadas pela patrulha rural está o policiamento preventivo com bloqueios em estradas usadas como rotas de fuga, passagem com veículos furtados, tráfico de animais silvestres, de drogas, e de armas, e ações de combate a crimes de abate de gado, furto de cavalos, e roubo de tratores e implementos agrícolas. (COSTA LD, 2016)

Como nos mostram Ribeiro (2022), o Programa Patrulha Rural Comunitária foi implementado com o propósito de abordar e reduzir os desafios relacionados à segurança pública em áreas rurais, uma vez que essas localidades muitas vezes enfrentam vulnerabilidades específicas em relação à criminalidade. O programa se fundamenta em políticas preventivas, que são desenvolvidas com o objetivo de estabelecer uma interação mais estreita e contínua com os habitantes do campo, reconhecendo que a proximidade e a comunicação entre a polícia e a comunidade são cruciais para o sucesso das ações de segurança. Além de intensificar a presença policial e aumentar a vigilância nas zonas rurais, o programa visa conscientizar essas comunidades sobre as peculiaridades e os riscos da criminalidade em suas regiões, incentivando

os moradores a adotarem uma postura mais proativa na proteção de suas propriedades e de seu entorno. Um dos pilares centrais desse programa é o estímulo à cooperação e à participação ativa dos indivíduos, promovendo a ideia de que cada cidadão pode e deve atuar como um agente de segurança pública, contribuindo diretamente para a criação de um ambiente mais seguro e resiliente contra a ação de criminosos. Assim, o Programa Patrulha Rural Comunitária não apenas reforça a presença do Estado nas áreas rurais, mas também fortalece os laços de confiança e colaboração entre a população rural e as forças de segurança, criando uma rede de proteção mútua e eficiente.

Também podemos destacar novamente a Diretriz nº. 002/2024-PM/3 - PMPR, que nos diz:

A patrulha rural existe na Instituição desde o final da década de 1990, sendo que no ano de 2009 a Polícia Militar do Paraná foi pioneira no Brasil ao implantar o “Programa Patrulha Rural” e várias Instituições policiais militares de outras Unidades da Federação utilizaram o modelo aqui adotado para desenvolver programas e projetos voltados ao policiamento rural comunitário. Em 2021, a Corporação se destacou ao reformular esta modalidade de policiamento com atuação em todo território paranaense. O setor agropecuário possui papel fundamental na constituição do produto interno bruto do Estado do Paraná, cujos resultados impactam diretamente na produção de riquezas, geração de empregos e aproveitamento do solo. Contudo, observa-se que cada vez mais quadrilhas vem se especializando nos mais variados tipos de furtos e roubos de maquinários, suplementos e defensivos agrícolas, dispositivos tecnológicos e semoventes, dentre outros produtos com considerável valor agregado, o que traz grandes prejuízos que superam as dimensões econômicas e financeiras, além de atingir a comunidade impactada com um sentimento de insegurança.

As patrulhas rurais são estabelecidas pelas unidades policiais, nos batalhões ou companhias, como uma resposta estratégica ao crescimento da violência nas áreas rurais, com o objetivo primordial de desenvolver ações focadas na prevenção e no controle da criminalidade, além de garantir a proteção das comunidades que vivem no campo. Entre as principais atividades realizadas por essas patrulhas estão as visitas regulares aos moradores, durante as quais é feito o cadastramento detalhado das propriedades, a realização de reuniões com a comunidade rural, que incluem encontros com produtores, associações e sindicatos do setor agrícola e a distribuição de cartilhas educativas. Essas cartilhas fornecem orientações práticas para minimizar os riscos de crimes como furtos, roubos, receptação de gado, bem como o roubo de máquinas agrícolas, insumos e implementos, ajudando a fortalecer a segurança e a resiliência dessas comunidades frente às ameaças criminais. (COSTA LD, 2016)

Também como nos mostra Marchetti (2024), as visitas realizadas pela Patrulha Rural envolvem o estabelecimento de um contato direto com os moradores das propriedades rurais, com o propósito de informar sobre a existência e as atividades da Patrulha. Durante essas visitas, são coletadas informações detalhadas sobre a rotina e as particularidades da região, permitindo uma compreensão mais aprofundada das necessidades locais em termos de segurança pública. Além disso, os agricultores são consultados sobre suas demandas específicas relacionadas à segurança, criando um canal de comunicação aberto e eficiente. A equipe também aproveita essas interações para disponibilizar seus serviços, oferecendo orientações preventivas e sugestões práticas que visam aumentar a segurança das propriedades rurais e reduzir o risco de crimes na área.

A participação da comunidade rural no trabalho da Patrulha Rural é essencial, como também nos mostra Ferreira (2023):

Um dos fatores preponderantes para que a Filosofia de Polícia Comunitária tenha êxito e fundamental importância, é despertar nos produtores rurais o comprometimento e responsabilidade com a segurança pública, mudando suas condutas para não serem vulneráveis a ações de criminosos. No mais, deve haver troca de informações com toda a comunidade, para que se possa tornar eficaz o trabalho policial ostensivo e preventivo nessas regiões longínquas. Os indivíduos, como legítimos responsáveis pela segurança pública, devem se envolver nas políticas de policiamento comunitário, assumir suas responsabilidades como cidadãos.

No Estado do Paraná, além de orientar os policiais estaduais na condução do policiamento ostensivo em áreas rurais, houve um esforço significativo para divulgar o trabalho da Patrulha Rural junto à população do campo. Um dos principais veículos dessa divulgação foi a Cartilha de Segurança Rural, que oferece diretrizes sobre procedimentos a serem adotados pelos moradores das áreas rurais. A cartilha enfatiza a importância de mudanças comportamentais que podem reduzir os riscos de se tornarem vítimas de crimes, conscientizando o trabalhador rural sobre sua responsabilidade na manutenção da segurança pública. Também foi mostrado que o trabalho da Patrulha Rural inclui o mapeamento e cadastro detalhado das propriedades rurais. Com a autorização do proprietário, é fixada uma placa na propriedade, custeada pelo próprio dono, que inclui a logomarca da Polícia Militar, números de telefones de emergência, o contato da equipe da Patrulha Rural, um QR Code para acesso rápido a informações, e o número da propriedade cadastrada. Essas ações visam não só fortalecer a segurança, mas também estabelecer uma rede de comunicação eficaz entre a comunidade rural e as forças de segurança, aumentando a eficiência no combate à criminalidade nessas áreas. (RIBEIRO PFP, 2022).

O trabalho realizado pela Patrulha Rural é de extrema importância e é também ressaltado por Ribeiro (2024):

A Patrulha Rural Comunitária 4.0, é uma unidade especializada que desempenha um papel fundamental na segurança das áreas rurais do estado, com o objetivo de garantir a tranquilidade e proteção dos moradores e propriedades, além de atender pessoas em estado de vulnerabilidade, especialmente aquelas que residem longe das áreas urbanas. Sua presença e cooperação com a comunidade são essenciais para garantir a segurança e o atendimento às necessidades das pessoas que vivem em áreas remotas. Aproximar a polícia das comunidades rurais é fundamental para atender às demandas e garantir o bem-estar de todos os indivíduos, independentemente de sua localização geográfica, essa equipe de policiais valorosos atua de forma estratégica e eficiente no combate a crimes específicos no ambiente rural.

II - Evolução ao Longo dos Anos

Como nos mostra Oliveira (2003), a segurança pública em áreas rurais ganha um impulso significativo através do fortalecimento do relacionamento entre a polícia militar e a população local. Esta parceria é essencial para minimizar um problema que afeta profundamente ambos os lados e que, em situações mais críticas, pode até mesmo frear o desenvolvimento econômico de toda uma região. Para os produtores rurais, que precisam fazer investimentos substanciais em equipamentos e insumos agrícolas, como maquinários, tratores, colhedeiças, arados, defensivos e outros bens de alto valor, a falta de segurança representa um risco considerável. Esses ativos, são fundamentais para a produtividade e o sucesso do agronegócio, e também são alvos atrativos para criminosos, e a percepção de insegurança pode levar ao desinteresse econômico e ao afastamento de potenciais investidores, comprometendo o crescimento e a sustentabilidade econômica das áreas rurais. Assim, a colaboração estreita entre a polícia e a comunidade não só contribui para a proteção dos bens e do capital investido, mas também para a criação de um ambiente mais estável e seguro, o que é fundamental para o progresso econômico e social das regiões agrícolas.

A importância da participação da comunidade no trabalho da patrulha rural fica evidente como nos mostra Ribeiro (2022), pois essa política de conscientização do morador rural sobre seu papel no contexto da segurança pública alinha-se perfeitamente com as diretrizes das políticas de polícia de proximidade, que visam estabelecer uma relação mais estreita e colaborativa entre a polícia militar e os cidadãos. Ao adotar uma postura que transcende o caráter meramente repressivo, o policial militar busca se aproximar da comunidade, criando um ambiente de confiança mútua. Essa proximidade permite que o policial identifique e intervenha

de forma preventiva nas causas que possam estar contribuindo para o aumento dos índices de criminalidade na região. Embora muitas dessas causas possam estar além do alcance direto do policial militar, essa interação estreita facilita a conexão dessas questões com agentes de outras áreas da Administração Pública, promovendo uma abordagem integrada e multidisciplinar para a solução dos problemas. Dessa forma, o morador rural é incentivado a participar ativamente da segurança de sua comunidade, enquanto a polícia se posiciona não apenas como uma força de repressão, mas como um elo fundamental na mobilização e coordenação de recursos públicos para a promoção de um ambiente mais seguro e resiliente nas áreas rurais.

Esse modelo de policiamento rural possibilitou que os membros da comunidade tivessem um canal direto para comunicar à polícia os problemas que mais lhes causavam preocupação. Com essa proximidade, a Polícia passou a ter um entendimento mais claro das inquietações e necessidades dos moradores das áreas rurais do município. A partir desse conhecimento, o trabalho conjunto com os cidadãos foi intensificado, incentivando-os a participar ativamente na busca por soluções para as questões que afligiam tanto a população quanto as forças de segurança. Esse engajamento mútuo não apenas fortaleceu a relação entre a comunidade e a polícia, mas também criou um ambiente colaborativo, onde a segurança pública é construída de forma compartilhada, com todos os envolvidos contribuindo para o bem-estar coletivo e a

III - Estrutura e Operacionalização da Patrulha Rural

A diretriz 009/2021 - PMPR, estabelece mecanismos para a implementação eficiente da patrulha rural em todo o Estado do Paraná, uniformizando os procedimentos que devem ser seguidos pelas equipes de serviço durante as atividades de policiamento rural. Essa padronização visa não apenas melhorar a eficácia das operações policiais, mas também fomentar uma colaboração mais estreita entre a Instituição e a comunidade rural, incentivando a participação ativa dos moradores através de políticas preventivas. Além disso, a Diretriz enfatiza a importância do uso da tecnologia como ferramenta essencial para aprimorar as operações policiais no meio rural. A missão da Patrulha Rural Comunitária foi claramente definida, com foco no planejamento e execução de atividades de policiamento ostensivo que complementem a segurança e promovam a tranquilidade nas áreas rurais. Paralelamente, a Diretriz busca engajar a comunidade rural, incentivando sua participação no processo de proteção da ordem

pública, auxiliando a Polícia Militar na manutenção da paz e segurança nessas localidades. (RIBEIRO PFP, 2022).

Também como cita Ferreira (2023), no âmbito das ações preventivas, a Polícia Militar do Paraná (PMPR), em colaboração com a Federação da Agricultura do Estado do Paraná (FAEP), revisou e lançou a Cartilha Segurança Rural (PMPR; FAEP, 2021). Este material serve como um importante instrumento de divulgação das atividades da Patrulha Rural, direcionado aos trabalhadores e moradores do campo. Através de orientações práticas, a cartilha busca promover a conscientização e fomentar mudanças de comportamento que possam ser adotadas pelos cidadãos que vivem ou trabalham em áreas rurais, com o objetivo de reduzir a vulnerabilidade a crimes. Além disso, o documento enfatiza a importância de cada trabalhador rural reconhecer e assumir sua parcela de responsabilidade no contexto mais amplo da segurança pública, contribuindo assim para a construção de um ambiente mais seguro e protegido.

Para cumprir sua missão de garantir a segurança nas áreas rurais, os policiais da Patrulha Rural Comunitária são rigorosamente treinados para lidar com uma ampla gama de situações específicas do meio rural, desde o patrulhamento de grandes extensões de terra até a intervenção em conflitos locais e a prevenção de crimes que ameaçam as propriedades agrícolas. Além de sua preparação técnica, esses profissionais são equipados com tecnologias modernas e viaturas especialmente adaptadas para operar em terrenos difíceis e remotos, permitindo que realizem patrulhamentos ostensivos de forma eficaz e garantam uma resposta rápida e eficiente diante de qualquer ocorrência. A presença constante desses policiais nas comunidades rurais vai além da simples vigilância; ela estabelece uma conexão direta e contínua com os moradores locais, criando laços de confiança mútua. Essa proximidade facilita o compartilhamento de informações essenciais, que podem ser decisivas tanto para investigações quanto para a prevenção de crimes, promovendo uma colaboração ativa entre a população e os agentes da lei. Mais do que agir de forma repressiva, a Patrulha Rural Comunitária desempenha um papel educativo vital, promovendo atividades que visam conscientizar os agricultores sobre a importância das medidas preventivas para sua própria segurança. Ao educar e capacitar a comunidade rural, a patrulha não apenas protege, mas também fortalece a resiliência local contra ameaças, integrando a segurança pública à vida cotidiana dos habitantes do campo. (RIBEIRO ALR, 2024)

As patrulhas rurais, devido ao seu conhecimento detalhado das regiões e das possíveis rotas de fuga, estão em uma posição privilegiada para estabelecer bloqueios estratégicos em

estradas rurais. Este conhecimento, obtido através de levantamentos topográficos e da familiaridade com o terreno, permite que essas unidades policiais possam antecipar e interromper as tentativas de fuga dos criminosos de forma mais eficaz. Um aspecto crucial dessa estratégia é a colaboração com os moradores locais, que podem ser solicitados a utilizar maquinários pesados empregados nas plantações para bloquear acessos críticos, dificultando ainda mais a evasão dos infratores. Além disso, essa estreita relação com os trabalhadores rurais não só fortalece a rede de segurança, mas também se torna uma valiosa fonte de informações sobre possíveis rotas de fuga, o que facilita a busca e a captura de criminosos, ao permitir que a polícia trace roteiros prováveis baseados no conhecimento compartilhado pelos habitantes da região. (RIBEIRO PFP, 2022)

Os policiais militares que foram destacados para a Patrulha Rural, no novo Programa de Patrulha Rural 4.0, tiveram que passar por um treinamento, como também destaca Ribeiro (2022):

Em 2022, entre os meses de abril e junho, foi realizado o Curso de Capacitação em Patrulha Rural Comunitária (CCPRC), categoria praças, no município de Maringá, na sede da 2ª ESFAEP/DEP, visando a estabelecer uma padronização em todo o Estado do Paraná. Em duas semanas, foram capacitados policiais militares para atuarem de forma padronizada em todo o Estado, na atividade de Patrulha Rural Comunitária, oportunidade em que foram abordados conhecimentos em diversas áreas, sendo trabalhado basicamente três conjuntos de competências:

Cognitivas: desenvolvimento do pensamento por meio da investigação e da organização do conhecimento;

Operativa: preveem a aplicação do conhecimento teórico em prática responsável, refletida e consciente;

Atitudinais: estimulação da percepção da realidade, através do conhecimento e do desenvolvimento das potencialidades individuais.

IV - Equipamentos e Tecnologia

Para Costa (2016), embora existam práticas fundamentadas na estratégia do policiamento comunitário, que envolvem uma atuação contínua em parceria com a comunidade para buscar soluções aos problemas que afetam a segurança, com um forte foco em ações preventivas contra o crime, ainda predomina uma abordagem que se concentra principalmente no atendimento reativo às ocorrências. Isso significa que, em muitas áreas rurais, a atividade policial ainda é voltada, em grande parte, para a resposta emergencial às vítimas da criminalidade, em vez de se antecipar aos problemas e trabalhar proativamente para preveni-los. Essa predominância do atendimento reativo, embora essencial em situações de emergência, indica uma necessidade urgente de maior integração das práticas de policiamento comunitário, que são fundamentais para criar um ambiente mais seguro e resiliente no meio rural, onde a

prevenção é muitas vezes a chave para reduzir a incidência de crimes e o impacto deles sobre as comunidades locais.

Outro ponto a se destacar é que durante as visitas a equipe da Patrulha Rural faz uso de importantes ferramentas tecnológicas para georreferenciar as propriedades, como nos cita Marquetti (2024):

O processo é realizado durante a visita da equipe na propriedade, que salva as coordenadas geográficas da propriedade, indicando o endereço daquele estabelecimento rural. Os dados são armazenados e lançados num mapa das propriedades georreferenciadas. Com a propriedade identificada, futuros deslocamentos para visitas ou atendimento de ocorrências são facilitados pela equipe que utilizando o GPS (Sistema de Posicionamento Global), desloca até a propriedade otimizando tempo para chegada

Essa é uma medida que tem resultados positivos comprovados, em diversos estados brasileiros, como demonstrado por Oliveira (2022), com sua pesquisa realizada na cidade de Catalão, Goiás, onde o fortalecimento da confiança da comunidade rural, resultante da resposta eficiente do Estado aos eventos criminais, revelou-se essencial para o entendimento das dificuldades enfrentadas por essa população. O desafio de alcançar rapidamente o local das ocorrências está sendo superado pelo cadastramento das propriedades rurais no banco de dados da Polícia Militar. Com a inclusão de dados georreferenciados e o uso de dispositivos eletrônicos, como smartphones, os policiais conseguem chegar ao local com maior precisão e rapidez. Mesmo que o agente de segurança não tenha familiaridade com a região, as coordenadas geográficas fornecem as informações necessárias para um deslocamento eficiente, assegurando a presença policial onde ela é mais necessária.

1209

V - Impacto na Segurança Rural

Para Souza (2007), o sucesso do trabalho realizado pela Patrulha Rural resultou na formação de vínculos robustos entre os policiais militares e os cidadãos das áreas atendidas. Esse relacionamento estreito, construído através de um policiamento eficiente e colaborativo, foi crucial para alcançar os objetivos relacionados à manutenção da ordem pública. O envolvimento ativo com a comunidade não apenas facilitou a execução das tarefas de segurança, mas também solidificou a confiança mútua, tornando os moradores parceiros na prevenção e controle da criminalidade. Essa integração entre polícia e comunidade foi essencial para criar um ambiente seguro e estável nas zonas rurais, evidenciando a importância do compromisso conjunto na construção de uma segurança pública mais eficaz e abrangente.

Como nos mostra Ribeiro (2022), com o trabalho da patrulha rural, busca-se conscientizar a comunidade rural sobre a importância de seu papel dentro do Sistema de Segurança Pública, incentivando a colaboração ativa e o apoio ao trabalho da Polícia Militar. Por meio dessa conscientização, os moradores são encorajados a relatar a presença de indivíduos estranhos à região, a identificar possíveis autores de furtos e roubos, e a compartilhar qualquer informação relevante que possa auxiliar as equipes responsáveis pelo policiamento rural. Essa participação ativa da população é fundamental para a efetividade das ações de segurança, pois fortalece a rede de vigilância comunitária e contribui significativamente para a prevenção e solução de crimes na área rural.

2 - Desafios e Estratégias para melhoria da Patrulha Rural

A Patrulha Rural da Polícia Militar do Paraná desempenha um papel muito importante na proteção das áreas rurais do estado, mas enfrenta diversos desafios que limitam a eficácia desse serviço policial. Esses desafios são variados e resultam tanto das particularidades geográficas e sociais das áreas rurais quanto das próprias limitações operacionais da patrulha. Neste contexto foram levantados alguns dos desafios deste serviço e também apresentadas algumas possíveis soluções.

1210

2.1 Amplidão e acessibilidade das áreas rurais

As vastas extensões de terra que compõem as áreas rurais do Paraná representam um grande desafio para o trabalho da patrulha rural. A dificuldade de acesso a propriedades isoladas, combinada com a precariedade das estradas vicinais, compromete a capacidade de resposta rápida das equipes policiais. Muitas dessas áreas são remotas, com poucas vias de acesso, o que dificulta tanto o patrulhamento preventivo quanto a resposta a incidentes emergenciais.

Como nos mostra Konzen, et al. (2023), diferente das áreas urbanas, onde a identificação das localidades é facilitada por ruas, avenidas, quadras e bairros bem definidos, as propriedades rurais apresentam um desafio significativo no que diz respeito à precisão de sua localização. Essa dificuldade é aumentada pela vasta extensão territorial das zonas rurais, o que torna a tarefa de localizar rapidamente uma propriedade em situação de perigo extremamente complexa, especialmente para aqueles que não possuem um conhecimento prévio da região. Essa falta de referências claras e a dispersão geográfica impõem barreiras consideráveis à

eficácia das respostas emergenciais, comprometendo a agilidade necessária para mitigar situações de risco e garantir a segurança das propriedades e de seus moradores.

Como apresentado neste artigo, torna-se fundamental o trabalho de georreferenciamento das propriedades, com suas coordenadas geográficas, para facilitar a localização das propriedades.

2.2 - Recursos Tecnológicos e Logísticos

Embora a patrulha utilize tecnologia moderna, como drones e veículos adaptados, a aplicação e integração dessas tecnologias em um contexto rural vasto e diversificado é um desafio contínuo. A falta de cobertura de sinal de comunicação em algumas regiões dificulta a coordenação e o envio de informações em tempo real, o que pode comprometer a eficácia das operações.

Observa-se que a integração das redes sociais como um canal direto de comunicação entre os diversos agentes da segurança pública e os moradores das áreas rurais que participam de grupos de mensagens tem demonstrado aumentar significativamente a eficiência no pronto atendimento das ocorrências. Esse meio de comunicação não apenas facilita a troca rápida de informações e a coordenação de respostas imediatas, como também se revela um instrumento valioso para a deliberação coletiva e a participação ativa da comunidade no aprimoramento das políticas públicas de segurança direcionadas à região. Através desse engajamento digital, os moradores rurais podem colaborar de forma mais direta e contínua com as forças de segurança, contribuindo para a construção de estratégias mais adaptadas às realidades locais e, conseqüentemente, promovendo uma maior eficácia na prevenção e no enfrentamento da criminalidade no campo. (OLIVEIRA CAF, 2022).

Para melhorarmos esta situação, pode-se investir no fortalecimento da logística e equipamentos, pois com esse investimento podemos melhorar ainda mais a infraestrutura logística, como também pode-se adquirir novos veículos, sempre adaptados às condições das estradas rurais, e expandir a cobertura de comunicação nas áreas mais remotas. Além disso, a implementação de sistemas de monitoramento por satélite e o uso de mais drones de longo alcance podem ampliar significativamente a capacidade de vigilância e resposta da patrulha.

Além disso o monitoramento e a avaliação devem ser contínuos, implementando um sistema de monitoramento e avaliação contínuos das ações da patrulha, utilizando indicadores

de desempenho e de impacto na segurança rural. Esse sistema deve permitir ajustes rápidos nas estratégias de policiamento e nas alocações de recursos, garantindo uma resposta mais ágil e eficiente às necessidades da comunidade rural.

Como nos diz Oliveira (2022) a polícia vem investindo em tecnologias, como por exemplo a utilização de informações geográficas precisas, como as coordenadas das propriedades, que oferece uma vantagem crucial na localização de áreas onde um crime já ocorreu ou está em andamento, especialmente devido ao registro prévio das propriedades rurais. Essa ferramenta geoespacial permite que, ao receber a notícia de um crime em progresso, a polícia chegue ao local de forma mais rápida e eficiente, o que é particularmente importante em zonas rurais, onde a presença policial imediata pode ter um impacto decisivo na resolução do incidente. A agilidade proporcionada pela tecnologia não só aumenta a chance de interromper o crime em curso e capturar os criminosos, mas também melhora a possibilidade de recuperação dos bens roubados. Além disso, a análise das informações sobre a concentração de crimes em determinadas áreas é essencial para o desenvolvimento de políticas públicas de segurança mais eficazes. Esse conhecimento orienta os gestores da segurança pública, tanto da Polícia Civil quanto da Polícia Militar, no direcionamento estratégico de recursos humanos e tecnológicos para as regiões mais vulneráveis, otimizando os esforços para combater a criminalidade de maneira mais eficiente e focada.

1212

2.3 - Integração Comunitária

A Patrulha Rural depende fortemente da colaboração da comunidade local, contudo, a desconfiança e a falta de conscientização entre os moradores podem dificultar essa integração. Em áreas onde a população tem pouco contato com as forças policiais, pode haver resistência em colaborar ou adotar medidas preventivas sugeridas pela patrulha.

Para melhorarmos essa questão podemos investir no engajamento comunitário e conscientização dos moradores, ampliando as iniciativas de policiamento comunitário, incentivando a participação ativa dos moradores na segurança de suas propriedades. A distribuição de material educativo, como cartilhas de segurança, e a realização de reuniões periódicas com a comunidade podem ajudar a fortalecer os laços de confiança e colaboração entre os policiais e os moradores rurais. Muitas dessas medidas já estão sendo desenvolvidas pela Patrulha Rural do Estado do Paraná, o grande desafio é ampliar todo este trabalho.

A divulgação eficaz do trabalho da Patrulha Rural Comunitária da Polícia Militar do Paraná é de suma importância para fortalecer a sensação de segurança e confiança entre os moradores da zona rural. A utilização de ações diretas, mídias sociais e, especialmente, do rádio, como meio de comunicação, desempenha um papel crucial nesse processo. As mídias sociais permitem que a informação seja disseminada de maneira rápida e ampla, alcançando diferentes públicos e gerando uma conexão mais imediata entre a polícia e a comunidade. No entanto, o rádio, uma ferramenta cotidiana para muitos habitantes rurais, continua sendo um canal vital para a transmissão de informações. Para muitos, o rádio é uma companhia constante, e a divulgação através desse meio garante que informações sobre as ações e resultados da Patrulha Rural sejam acessíveis, mesmo em áreas com pouca cobertura de internet. Além disso, o rádio tem o poder de criar um senso de proximidade e familiaridade, fortalecendo a confiança da comunidade na atuação da polícia e encorajando a cooperação mútua. Portanto, uma estratégia de comunicação abrangente, que combine essas diferentes ferramentas, é essencial para garantir que os moradores rurais se sintam protegidos e apoiados pela polícia, sabendo que suas necessidades de segurança estão sendo ativamente atendidas.

Também deve ser feitas mais integrações com outras forças e criados programas para promover uma maior integração entre a Patrulha Rural e outras forças de segurança, como a Polícia Rodoviária Federal, Polícia Rodoviária Estadual e a Polícia Civil, além de programas governamentais de apoio ao campo. Essa colaboração pode incluir operações conjuntas, compartilhamento de informações e coordenação de esforços para maximizar os recursos disponíveis e aumentar a abrangência das ações de segurança.

2.4 - Capacitação e Manutenção de Efetivo

A formação adequada dos policiais é fundamental para enfrentar as especificidades do meio rural. No entanto, a manutenção de um efetivo bem treinado e motivado é desafiadora, especialmente devido à alta rotatividade de pessoal e às limitações de recursos para treinamentos contínuos e especializados.

Para isso deve-se investir na capacitação dos policiais, desenvolvendo programas de capacitação contínua e especializada para os policiais que atuam na patrulha rural. Esses treinamentos devem focar em habilidades operacionais, conhecimento do território e técnicas de interação comunitária, além de preparar os agentes para o uso eficaz de novas tecnologias.

Podemos observar que está é uma preocupação da corporação, visto que está previsto na metodologia da Patrulha Rural o treinamento contínuo dos policiais, como nos mostra a Diretriz 002/2023 - PM₃ - PMPR:

Metodologia aplicada à Patrulha Rural Comunitária

- 1) Setorização da área rural do Estado;
- 2) Reuniões de sensibilização e de criação;
- 3) Visitas Comunitárias;
- 4) Integração tecnológica: Georreferenciamento (geolocalização), gestão de canal de comunicação, utilização de drones, e, integração ao projeto App 190 e plataforma SADE;
- 5) Treinamento e capacitação contínua dos militares estaduais;
- 6) Manutenção do programa: reuniões, palestras, seminários e cursos.

Essas medidas visam não apenas aprimorar as capacidades operacionais da Patrulha Rural, mas também fortalecer a confiança e a colaboração entre a polícia e os habitantes das áreas rurais, criando um ambiente mais seguro e resiliente no campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A implementação da Patrulha Rural, com foco na prevenção e repressão de crimes nas áreas rurais, revela-se como uma iniciativa estratégica essencial para o enfrentamento da crescente criminalidade em regiões muitas vezes negligenciadas pelas políticas de segurança pública. A análise das práticas adotadas pela Patrulha Rural demonstra que, embora as medidas iniciais tenham se mostrado eficazes na redução de incidentes criminais e na promoção de uma sensação de segurança entre os moradores do campo, ainda há desafios consideráveis a serem superados.

A incorporação de tecnologias avançadas, como a comunicação digital e os sistemas de monitoramento por satélite, permite uma resposta mais ágil e coordenada às ocorrências, além de possibilitar um mapeamento mais preciso das áreas de risco. No entanto, a eficácia dessas medidas depende, em grande parte, da capacitação contínua dos agentes envolvidos e da adaptação das estratégias operacionais às especificidades de cada região rural.

Outro aspecto crucial é a necessidade de fortalecer a colaboração entre as forças de segurança e as comunidades locais. A confiança mútua é um pilar fundamental para o sucesso da Patrulha Rural, e isso só pode ser alcançado por meio de um diálogo constante e de ações que demonstrem o comprometimento das autoridades com a proteção dos direitos e dos modos de vida dos moradores rurais.

Finalmente, para que a Patrulha Rural alcance seu pleno potencial, é imprescindível que as políticas de segurança pública sejam integradas a outras iniciativas voltadas ao desenvolvimento socioeconômico das regiões rurais. A segurança no campo não pode ser vista de forma isolada; ela deve ser parte de um esforço mais amplo de valorização e revitalização das áreas rurais, garantindo não apenas a proteção contra o crime, mas também a promoção de um ambiente onde as comunidades possam prosperar de maneira sustentável.

Em resumo, a Patrulha Rural, ao mesmo tempo em que representa um avanço significativo na proteção das áreas rurais, deve ser continuamente aprimorada e ampliada, garantindo que as políticas públicas de segurança atendam às necessidades específicas das populações do campo, contribuindo para um futuro mais seguro e próspero para todos.

Com o exposto neste trabalho, podemos também observar que o serviço realizado pela Patrulha Rural vem de encontro com o Planejamento Estratégico da PMPR 2022/2035, atingindo principalmente os objetivos do eixo Cidadão e Sociedade: Fortalecer a imagem da instituição; Aumentar a sensação de segurança; Atuar de maneira proativa no desenvolvimento do Estado no cumprimento da missão da PMPR; Ampliar a capacidade de proteção da sociedade, em especial mulheres, crianças e adolescentes e idosos. E no eixo da Modernização da gestão: Atingir a eficiência e eficácia nas atividades executadas; Ampliar e modernizar a capacidade de resposta a emergências; Modernizar a estrutura organizacional; Fortalecer as ações ostensivas preventivas. Portaria do Comando Geral nº 273/PMPR, 2022.

1215

Com tudo isso destacamos a importância deste trabalho da Patrulha Rural, de aproximação com a população e combate ao crime, salientando que deve-se investir cada vez mais nesta modalidade de policiamento, com novas tecnologias, maior efetivo e treinamento contínuo, para podermos melhorar a cada dia o trabalho e aumentar a segurança dos moradores do campo.

A elaboração deste um artigo sobre o trabalho da Patrulha Rural é de extrema importância para o aperfeiçoamento contínuo do serviço policial. Um artigo bem fundamentado não apenas documenta as práticas atuais e os desafios enfrentados no cotidiano da patrulha, mas também serve como um valioso referencial teórico e prático para a formulação de novos projetos e melhorias operacionais. Ao sistematizar as experiências e as lições aprendidas, tentamos neste trabalho fornecer uma base sólida para a análise crítica e a inovação, permitindo que gestores e estrategistas da segurança pública identifiquem áreas de melhoria e implementem mudanças baseadas em evidências. Além disso, a disseminação desse conhecimento pode inspirar outras

instituições a adotarem práticas semelhantes, contribuindo para o fortalecimento da segurança nas zonas rurais em uma escala mais ampla. Assim, o artigo se torna não apenas um registro do trabalho realizado, mas uma ferramenta estratégica para o desenvolvimento contínuo e a excelência do serviço prestado pela Patrulha Rural da Polícia Militar do Paraná.

REFERÊNCIAS

- BAÍÁ, LPBC. NOVO CANGAÇO”: uma análise do enfrentamento das ações de patrulhamento rural da PMPA no interior do Estado do Pará, no período de 2019 a 2022, realizadas pelo BOPE e BPR. *Contribuciones a Las Ciencias Sociales*, São José dos Pinhais, v.17, n.7, p. 01-25, 2024.
- CAIXETA, RG. Patrulhamento Rural em Unaí/28ºBPM: uma análise do modelo de desenvolvimento da atividade nos anos de 2007 e 2008. 2009. 127f. Monografia (Curso de Especialização em Segurança Pública – CESP/2009) – Academia de Polícia Militar de Minas Gerais e Fundação João Pinheiro, Belo Horizonte, 2009. GONÇALVES, Suely. O campo na mira. *Revista Globo Rural*, edição 278, dez./2008.
- CAMPOS, HM. Atendimento de ocorrência em ambiente rural aplicado à PMDF. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC para obtenção de título de Bacharel em Ciências Policiais) - Instituto Superior De Ciências Policiais. Brasília/DF -2021. 48 p.
- COSTA, LD. Policiamento Rural: Patrulhas Rurais Comunitárias. *REBESP*, Goiânia, v. 9, n. 2, p. 51-58, 2016.
- FERREIRA, JRP. Reestruturação do programa patrulha rural comunitária: fortalecimento institucional e melhoria na qualidade de vida da população rural paranaense. *Brazilian Journal of Business*, Curitiba, v. 5, n. 3, p. 1487-1494, jul./set., 2023.
- GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projeto de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2002. 176p.
- GIL, Antonio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. São Paulo, SP: Atlas, 2008.
- GUERRA, ALR; MOURA, DB. A chave para o conhecimento: Desvendando os benefícios da pesquisa bibliográfica em pesquisas educacionais. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*. São Paulo, v.7.n.03. mar.2021
- KONZEN, IGNC, Patrulha rural georreferenciada como estratégia de gestão em segurança pública. *Revista Gestão e Secretariado (GeSec)*, São Paulo, SP, v. 14, n. 6, 2023, p. 9493-9521.
- MARCHETTI, R. Patrulha rural comunitária 4.0 como estratégia de policiamento de proximidade: uma análise das ações da patrulha rural comunitária no município de Toledo, nos anos de 2022 e 2023. *Brazilian Journal of Development*, Curitiba, v.10, n.2, p. 01-19, 2024.
- OLIVEIRA, AK. Segurança Pública em áreas rurais: A experiência de produtores rurais com a segurança no campo antes e depois da Patrulha Rural no município de Araporã. Monografia (Monografia do curso de Bacharel em História) - INSTITUTO DE HISTÓRIA - Universidade Federal De Uberlândia. Uberlândia 2003. 41 p.
- OLIVEIRA, CAF,et. al. Política de segurança pública para propriedades rurais: Estudo de caso da Patrulha rural de Catalão/GO. *Rev. bras. segur. Pública*, São Paulo v. 16, n. 3, 204-223, ago/set 2022 204.
- POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. Diretriz nº 009/2009. Patrulha Rural Comunitária. Curitiba, 17 de junho de 2009.
- POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. Diretriz nº 009/2021. Implantação da Patrulha Rural Comunitária, versão 4.0. Curitiba, 16 de agosto de 2021.
- POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. Portaria do Comando-Geral nº 273/2022. Planejamento Estratégico da PMPR 2022- 2035. Curitiba, 8 de março de 2022.
- POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. Diretriz 002/2024 - PM3 - Política de enfrentamento à criminalidade no ambiente rural “Programa Patrulha Rural Comunitária 4.0”
- POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ. Cartilha Segurança Rural. Curitiba 2021.

RIBEIRO, ALR. Patrulha Rural Comunitária: Atuações da Polícia Militar do Paraná em Áreas Rurais e a percepção de Segurança de Agricultores na Região Noroeste do Paraná. RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar. v.5, n.6, 2024.

RIBEIRO, PFP. Policiamento ostensivo rural no âmbito do 6º Comando Regional de Polícia Militar. Artigo (Mestrado em Segurança Pública) – Academia Policial Militar do Guatupê, São José dos Pinhais, PR, p. 31., 2022.

SOUZA, V. O planejamento da segurança pública na fronteira da região do lago de Itaipu: uma análise da ação conjunta de agricultores de Guaíra-PR na formação da Patrulha Rural da Polícia Militar – a efetivação do policiamento comunitário. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Toledo, PR, 156 p., 20006.